



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

*Empresa deve apresentar documentos dos itens 12.3.2 e 12.3.2.2 do Edital como condição de assinatura do contrato.

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO DE VEÍCULOS) QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E

Pelo presente instrumento, de um lado, **Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade de Ribeirão Preto, na Rua Américo Brasiliense, 426, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 56.024.581/0001-56, doravante denominada CONTRATANTE, de acordo com a determinação do Decreto nº. 262, de 14 de setembro de 2017, neste ato, representada pela Secretária Municipal da Saúde, **Jane Aparecida Cristina**, portadora do RG nº e CPF nº, e de outro lado, com sede em, Estado de, na nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por, portador(a) do RG nº e CPF nº, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 712/2023**, autuado no **Processo Digital 176982/2023** e **Processo de Compras nº 1260/2023**, têm entre si justo e contratado o que consta relatado nas cláusulas e condições abaixo:

1. Do objeto

Pelo presente instrumento, a CONTRATADA se obriga a fornecer para a CONTRATANTE o **serviço de seguro de veículos**, conforme consta na **Requisição de Serviço nº. 923 e 924/2023**, Edital, seus Anexos, e demais documentos que integram o **Processo Digital nº 176982/2023** e **Processo de Compras nº 1260/2023**, bem como, a proposta da CONTRATADA e as condições do respectivo certame licitatório.

2. Das obrigações da CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- 2.1. Efetuar a prestação dos serviços conforme especificações do edital e seus anexos e em consonância com a Proposta de Preços.
- 2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÕES exigidas na licitação;
- 2.3. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.
- 2.4. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou terceiros.
- 2.5. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.
- 2.6. O não cumprimento de quaisquer obrigações pela Contratada não transfere à Administração a responsabilidade do respectivo ônus;
- 2.7. Responder por qualquer acidente de que possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do contrato.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

3. Das obrigações da CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- 3.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

4. Do preço

Para a execução do objeto ora contratado e descrito na cláusula anterior, a CONTRATANTE pagará, à CONTRATADA, a importância total de R\$ (.....), sendo:

ITEM	PLACAS	VEICULO DIESEL MARCA/TIPO	CHASSI	ANO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	ERA 5F12	FIAT/ SCUDO	9VCVBYHVERA002713	2023 / 2024	
	CTR 4H34	FIAT/ SCUDO	9VCVBYHVERA002712	2023 / 2024	
	FXI 5G93	FIAT/ SCUDO	9VCVBYHVERA002606	2023 / 2024	

ITEM	PLACAS	VEICULO DIESEL MARCA/TIPO	CHASSI	ANO	VALOR TOTAL DO ITEM
2	FJN 1D64	FIAT/ STRADA	9BD281A9JPYE08881	2023 / 2024	
	CKU 5G03	FIAT/ STRADA	9BD281A9JPYE09072	2023 / 2024	
	FXV 7J04	FIAT/ STRADA	9BD281AKRRYE55384	2023 / 2024	

4.1. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias do contrato não poderão ser alteradas, sem prévia concordância da CONTRATANTE.

4.2. As cláusulas econômico-financeiras do contrato poderão ser revistas, para que se mantenha o equilíbrio contratual.

5. Das condições de pagamento

O pagamento do preço pactuado será efetuado em **parcela única**, de acordo com a emissão da apólice de seguro definitiva.

5.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE as **Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços** referentes às compras e execuções efetuadas. **Deverá ser observado o Decreto Municipal nº 176 de 31 de julho de 2020.**

5.2. Conforme Lei Municipal nº 14.303 de 21 de março de 2019, ficam obrigados a enviar em formato XML e PDF a Nota Fiscal, com todas as informações, incluindo a chave de identificação da Nota Fiscal Eletrônica, para o endereço de e-mail: centralnf.saude@rp.ribeiraopreto.sp.gov.br, como condição para aprovação da respectiva Nota Fiscal.

5.2.1. O CONTRATANTE terá prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da apresentação da Nota Fiscal para aprová-la ou rejeitá-la.

5.2.2. A Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição

5.2.3. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que o serviço seja suspenso.

5.3. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Fazenda, através de depósito bancário, no prazo de **30 (trinta) dias** após a comprovação da prestação dos serviços, nas condições exigidas, bem como, após a apresentação dos respectivos documentos fiscais, devidamente aprovados pelo órgão Requisitante. O prazo aqui estabelecido será contado a partir da data de aprovação dos documentos fiscais pelo Órgão Requisitante. Para facilitar o recebimento, recomenda-se a menção do número da conta corrente e da agência em que a licitante seja correntista.

5.4. O pagamento do preço pactuado dar-se-á exclusivamente mediante depósito Bancário na conta Corrente indicada pela CONTRATADA, sendo vedada a emissão de título de crédito para fins de cobrança do Município do Preço Pactuado.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

5.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5.6. No caso de atraso nos pagamentos sobre o valor devido à CONTRATADA, incidirá correção monetária com base no indicador econômico IPC – FIPE, correspondente ao período decorrido entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

6. Dos prazos

O prazo de vigência e execução do objeto é de **12 (doze) meses** a partir da data da emissão da apólice, sendo emitida somente após a publicação do extrato do termo de contrato, podendo ser prorrogado do acordo com a Lei 8666/93, desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência públicos.

6.1. Caso ao final da vigência o Contratado ou o Contratante opte pela não renovação do seguro, faz-se necessário comunicação formal, mediante aviso prévio, no mínimo 60 dias antes do prazo final da vigência da apólice.

6.2. Dentro do prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados do comunicado da Prefeitura, através da emissão da Ordem de Serviço, sendo emitida somente após a publicação do extrato do termo de contrato, a proponente vencedora deverá emitir a Apólice. Referido prazo poderá ser prorrogado por igual período por solicitação da proponente vencedora e desde que ocorra motivo justificado a ser aceito pela Prefeitura.

7. Da fiscalização

Fica expressamente consignado, que a fiscalização da execução do objeto do presente contrato estará a cargo e exclusivo critério da **Secretaria Municipal da Saúde**, com o poder de receber ou rejeitar o serviço realizado.

7.1. Essa fiscalização, em nenhuma hipótese, eximirá a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e legais, bem como, sobre danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos ou omissões da firma, de seus funcionários ou preposto.

7.2. Fica determinado pela CONTRATANTE, o(a) Sr. (a), portador(a) do CPF nº....., para que se cumpra o Decreto nº. 18, de 01 de janeiro de 2017, e o Decreto nº 262, de 14 de setembro de 2017.

8. Das sanções

8.1. A recusa injustificada em aceitar o pedido de compras e/ou instrumento equivalente, no prazo estipulado pela Administração, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração, sujeitará o licitante vencedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e do artigo 56 do Decreto Municipal nº 80 de 30 de março de 2020.

8.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração, garantindo a prévia defesa e sem prejuízo das penalidades previstas no Artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e do artigo 56 do Decreto Municipal nº 80 de 30 de março de 2020, poderá, ainda, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia corrido de atraso ou descumprimento da obrigação ou do prazo, limitada ao total de 10% (dez por cento), nos termos do caput do art. 86 da Lei nº 8.666/93;
- c) Em caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento), que será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- d) Em caso de inexecução total do objeto, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação vigente;



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

e) Suspensão do direito de licitar e contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE, por até dois anos, com base no artigo 87, Inciso III, da Lei nº 8.666/93;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Ribeirão Preto, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, com base no artigo 87, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

9. Das Condições de Habilitação e Qualificação

Nos termos do Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. Da subcontratação

Não será permitida a subcontratação do objeto desta licitação, bem como, dar em garantia ou vincular de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto contratado a qualquer pessoa física ou jurídica.

11. Da rescisão

A inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista na cláusula sexta e das demais consequências previstas em lei, enseja a sua rescisão por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, devendo o ato ser formalmente motivado nos autos do processo, estando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.1. Considera-se, ainda, como motivo para rescisão do contrato as demais hipóteses previstas no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ficando esse direito expressamente reconhecido pela CONTRATADA.

12. Do Decreto Anticorrupção

Nos termos do artigo 1º do Decreto nº 235/17, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

13. Do suporte financeiro

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotações orçamentárias previstas no orçamento do município de Ribeirão Preto para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

- Unidade orçamentária: 02.09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
- Unidade executora: 02.09.30 – DEPTO DE ATENÇÃO A SAÚDE DAS PESSOAS
- Reserva: 7613 / 7614
- Ficha (dotação): 343/2023
- Natureza da despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
- Vínculo: 05.301.0005 – ATENÇÃO BÁSICA – PAB FIXO
- Classificação funcional: 10.301.20214.2.0002 – MANUTENÇÃO GERAL



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

13.1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

14. Da legislação aplicável

O presente contrato reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02, supletivamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas posteriores alterações, Lei Complementar Nº 123, de 14/12/06, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Nº 147, de 07/08/14, bem como pela Lei Municipal nº 10.513 de 06/09/05, Decreto Municipal nº 80 de 30/03/20 e Decreto nº 10.024 de 20/09/19.

15. Do foro

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer pendência originada na execução deste contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 01 (uma) via na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e abaixo assinam, bem como o Termo de Ciência e Notificação em 01 (uma), que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

Ribeirão Preto, de de 2023.

Jane Aparecida Cristina

Secretária Municipal da Saúde

Nome:
CPF nº

.....
.....
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
Departamento de Administração Geral

2. _____
Departamento de Administração Geral



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.**

CONTRATADO:

CONTRATO Nº **/2023.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro de veículos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Ribeirão Preto, de de 2023.

Autoridade Máxima do Órgão/Entidade

Nome: **Antônio Duarte Nogueira Junior.**

Cargo: Prefeito.

CPF: 048.048.818-59



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

Responsáveis pela homologação do certame ou ratificação da dispensa/inexigibilidade de licitação:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Responsáveis que Assinaram o Ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Ordenador de Despesas da CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Gestor do Contrato:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Fiscalização do contrato:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Responsável por Parecer Jurídico:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____